



**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de materiais para decoração natalina, para a **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Esportes, Turismo, Cultura e Lazer**, Processo Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, através de Sistema de REGISTRO DE PREÇO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	ABRACADEIRA DE NYLON 4,8x280 abraçadeira de nylon resistente. medida: 280 x 4,8 mm. cor: branca. produto devera ser entregue em embalagem com 100 unidades.	400	PT	14,31	5.724,00
2	ESPUMA EXPANSIVA espuma expansiva de poliuretano de 485ml, para fixação de portas, janelas, preenchimento de espaços vazios, isolamento térmico e acústico.	20	UN	31,30	626,00
3	FERRO CHATO 3/8 X 1/8 Barra de 03 metros.	20	UN	27,05	541,00
4	CUMIEIRA DE PVC Com 56cm largura, 88cm de comprimento, 0,5mm de espessura, na cor de cerâmica.	4	UN	51,70	206,80
5	TELHA DE PVC Medidas: 2,42x0,88m, com 1,5cm de espessura, na cor de cerâmica.	8	UN	89,62	716,96
6	TUBO QUADRADO METALON 25X25MM Medida: 25x25mm, 1,20mm de espessura, tudo de 06 metros.	30	UN	57,32	1.719,60
7	REFIL DE COLA QUENTE 11MM Bastão de silicone com 11mm por 30cm, transparente, com 01 Kg.	20	PT	42,00	840,00
8	GLITTER METÁLICO DOURADO Pacote com 500g.	15	PT	63,27	949,05
9	GLITTER METÁLICO PRATA Pacote com 500g.	15	PT	63,27	949,05
10	GLITTER METÁLICO VERMELHO pacote com 500g.	15	PT	63,27	949,05
11	BOLA DE ISOPOR 20CM Cor branca, oca, com 20cm de diâmetro.	150	UN	12,26	1.839,00
12	BOLA DE ISOPOR 40CM Cor branca, oca, com 40cm de diâmetro.	4	UN	217,86	871,44
13	BOLA DE ISOPOR 50CM Cor branca, oca, com 50cm de diâmetro.	4	UN	250,15	1.000,60
14	BOLA DE ISOPOR 100CM Cor branca, oca, com 100cm de diâmetro.	4	UN	718,89	2.875,56
15	FITA ISOLANTE 18MM X 20M Fita Isolante. Cor: Preto. Dimensões: 18mm x 20m. Com no mínimo 6 meses de garantia. Produto versátil.	50	UN	6,30	315,00





**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

	de grande utilidade nos mais variados tipos de isolamentos e proteções elétricas em residências, eletrodomésticos e reparos em geral.				
16	FIO PARALELO 2X2,5MM - BRANCO Material: cobre, com isolamento em PVC branco, rolo com 100m.	25	RL	379,00	9.475,00
17	MADEIRITE ROSA Chapa de madeirite, tamanho: 1,10x2,20m, espessura 12mm.	100	UN	56,77	5.677,00
18	TINTA ESMALTE BRANCO tinta esmalte branco. embalagem de 3,6L.	2	GL	150,26	300,52
19	TINTA SPRAY DOURADO Metálico, contendo 350ml.	20	UN	25,02	500,40
20	TINTA ESMALTE VERDE BRILHANTE Galão com 3,6l.	1	GL	150,26	150,26
21	TINTA ESMALTE VERMELHA BRILHANTE Galão com 3,6l.	1	GL	150,26	150,26
22	ARAME PARA SOLDA - 0,8MM Mig, 0,8mm, rolo com 15Kg	2	RL	267,88	535,76
23	ARAME RECOZIDO BWG 18 Com 1,24mm, rolo de 01Kg.	2	RL	48,99	97,98
24	MANGUEIRA DE LED - BRANCO QUENTE Flexível, redonda, com strobo, 13mm de diâmetro, 36 leds/m, 220v, blindado, rolo com 100m.	14	RL	694,00	9.716,00
25	SARRAFO PINUS 05X03X300CM	70	UN	7,48	523,60
26	ÁRVORE DE NATAL 2,4M Com 2,40m de altura, 1.500 galhos, verde, cheia.	1	UN	555,44	555,44
27	ÁRVORE DE NATAL 2M - VERDE Com 2m de altura, 600 galhos, verde, tradicional.	4	UN	265,26	1.061,04
28	BOLA DE NATAL 10CM - DOURADA COM GLITTER	200	UN	7,54	1.508,00
29	BOLA DE NATAL 10CM - VERMELHA COM GLITTER	200	UN	7,54	1.508,00
30	CORDÃO PISCA PISCA LED Com strobo, led branco quente, blindado, fio na cor verde, com macho e fêmea, 220v, espessura do fio 2,8mm, não inferior a com 10m de comprimento.	500	UN	37,20	18.600,00
31	FESTÃO ARAMADO VERDE 2,70M X 20CM Possui 2,70m de comprimento, com galhos de 20cm, com um total de 200 galhos.	140	UN	52,68	7.375,20
32	GUIRLANDA DE FESTÃO ARAMADO 60CM Em metal e PVC, na cor verde. com 60cm de diâmetro.	6	UN	66,15	396,90
33	LAÇO DOURADO, COM GLITTER, 25X20CM Em tecido.	50	UN	25,20	1.260,00
34	LAÇO GIGANTE VERMELHO Com no mínimo 60x50cm, totalmente estruturado em	10	UN	118,67	1.186,70





**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

	veludo vermelho.				
35	LAÇO VERMELHO, COM GLITTER, 25X20CM Em tecido.	50	UN	25,20	1.260,00
36	LAÇO VERMELHO 35X40CM Em tecido.	30	UN	47,74	1.432,20
37	PAPAI NOEL EM ISOPOR BRANCO - EM PÉ Tamanho GG, aproximadamente: 1450x950x540mm (CxLxE).	2	UN	601,17	1.202,34
38	PAPAI NOEL EM ISOPOR BRANCO - SENTADO Tamanho GG, aproximadamente: 1350x950x600mm (CxLxE).	2	UN	601,17	1.202,34
39	PICK POINSÉTIA DOURADA Flor Bico de Papagaio, em plástico, medidas: 30x22cm.	50	UN	8,97	448,50
40	PICK POINSÉTIA VERMELHA Flor Bico de Papagaio, em plástico, medidas: 30x22cm.	50	UN	8,97	448,50
41	CASCATA DE LED - BRANCO QUENTE Contendo 400 leds, com 9,5m, cor: branco quente, fixo, a prova d'água, grau de proteção IP44, cor do cabo: verde.	40	UN	152,76	6.110,40
42	BOLINHA PLÁSTICA PARA PISCINA DE BOLINHAS Saco com 500 unid., cores variadas, 76mm de diâmetro.	1	SC	288,61	288,61
43	GRAMA SINTÉTICA 2X2 Composição: 100% polietileno, largura: 02m, comprimento: 02m, espessura: 30mm.	5	RL	327,34	1.636,70

**Total: 94.730,76**

1.1. O(s) serviço(s) objeto(s) desta contratação é(s) caracterizado(s) como específico(s), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Vistoria**

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de aquisição do objeto.**

5.1. O objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Da entrega do objeto: da emissão da ordem de fornecimento;

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. O objeto será entregue de acordo com as especificações emitidas no pedido da Secretaria;

5.2.1 O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

5.2.2 Todos os gastos com transporte do objeto ficam por conta da Contratada;

5.2.3 Entregar os produtos no Almoxarifado Central, Praça Avelino Toledo de Lima, s/n, Centro, Monte Sião, no horário das 09 às 16 horas, de segunda à sexta-feira, conforme Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria, suportando integralmente o custo com a entrega;

5.2.4 A Contratada deverá obedecer o local de entrega expresso na Ordem de Fornecimento enviada pela Secretaria demandante, mesmo que este local seja diferente do Almoxarifado Central;

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os participantes colocados em posições posteriores no procedimento qualificatório, dentro do processo licitatório, serão convocados, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá enviar preposto quando da entrega do objeto.

**Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

**Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;





**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.16. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade na entrega do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18. **O fiscal técnico deverá realizar a avaliação quando da entrega provisória dos itens.**

6.19. A conformidade do material deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

- a) Marca;**
- b) Qualidade;**
- c) Forma de uso.**

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. Para efeito de recebimento dos itens, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o objeto entregue e, se for o caso, qualidade e conformidade do objeto de acordo com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.24. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

#### **Gestor do Contrato**

6.25. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.26. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.27. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.28. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.29. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.30. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.31. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de relatório do fiscal do contrato definido pela Secretaria.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 Entregar o objeto em desconformidade com o previsto nos instrumentos convocatórios e contrato;

7.2.2 Entrega intempestiva do objeto.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 **A entrega efetiva do objeto em conformidade com o previsto no termo de referência e contrato.**

### **Do recebimento**

7.4. Os itens serão recebidos pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da efetiva entrega do objeto a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. Para efeito de recebimento dos itens adquiridos:

7.7.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade na entrega dos itens adquiridos de acordo com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.





**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da entrega dos itens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.10. Os itens entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada em relação a possíveis vícios ocultos nos itens entregues.

#### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.16.1 O prazo de validade;
- 7.16.2 A data da emissão;
- 7.16.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5 O valor a pagar; e
- 7.16.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.21. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.23.1. Havendo a efetiva execução do objeto, o(s) pagamento(s) será(s) realizado(s) normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.**

**Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo PREÇO MÉDIO no SISTEMA de REGISTRO DE PREÇOS.

**Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.9. **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10. **Certidão Federal** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.11. **FGTS** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

8.12. **Certidão Trabalhista** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

8.13. **Inscrição Municipal e/ou Estadual** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14. **Certidão Municipal** - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. **Certidão Estadual** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.17. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de MEI, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.18. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.19. **Balanço Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

8.19.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG)** iguais ou superiores a 1 (um), dos **2 (dois) últimos exercícios social**.

8.20. A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: “Índice de Liquidez Geral (ILG)”, “Índice de Solvência Geral (ISG)” e “Índice de Liquidez Corrente (ILC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b) Índice de Solvência Geral (ISG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:





**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

$$ISG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

c) Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ALRP}{PC + PELP}$$

8.20.1. Onde, AC=Ativo Circulante, PC=Passivo Circulante, ARLP=Ativo Realizável a Longo Prazo, PELP= Passivo Exigível a Longo Prazo e AT=Ativo Total.

8.20.2. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

8.20.3. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

**8.20.4 Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.**

8.20.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.20.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.20.8 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.20.9 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um), diferente de 0 (zero) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

8.20.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Da Qualificação Técnica**

8.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados (MINIMO DE 02 DOCUMENTOS), por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.21.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50 %, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.21.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.21.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.22. A Administração PODERÁ solicitar, a licitante vencedora, como requisito de assinatura de contrato, a apresentação de amostras dos produtos ofertados, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

8.22.1 As amostras serão analisadas por equipe técnica designada, sendo requisito para homologação do resultado da licitação e deverão ser apresentadas no PAÇO MUNICIPAL, caso solicitada para assinatura do contrato.







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

**Das Declarações**

8.23. O licitante deverá juntar as seguintes declarações:

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação;
- c) Inexiste fato impeditivo de nossa participação no citado certame; declaramos, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no edital;
- d) Não haverá prestação de serviço, na execução da Ata de Registro de Preços, de cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Município.
- e) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública qualquer esfera de governo;
- f) Não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; 7º da Constituição Federal;
- g) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) Atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- i) Não possui em seu quadro societário ou no seu quadro de pessoal servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.
- j) Estar ciente e concorda que integrará o Cadastro de Reserva, no seu último lance ou proposta inicial quando não houve lance, nos itens que não sagrar-se vencedor, conforme fase de lance descrito na Ata do certame.
- k) Declaração de que o licitante cumpre a cota de menor aprendiz a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT);

**l) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL.**

1 - ( ) É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.

2 - ( ) NÃO É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e desta forma, declaro estar ciente de que não tenho o direito de usufruir dos direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.

8.22.1 As declarações deverão conter os dados da empresa e do responsável legal, data, local e serem devidamente assinadas pelo responsável.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 94.730,76** (noventa e quatro mil setecentos e trinta reais e setenta e seis centavos).

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos







**Prefeitura Municipal de Monte Sião**  
**ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,**  
**ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER**

consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Programa (número e nome):** 0075 – SINTAMINAS.

**Ação (número e nome):** 2332 – FESTIVIDADES TRADICIONAIS.

**Ficha (número e nome do elemento):** 512 – Material de Consumo.

**Saldo atual:** R\$ 32.800,00.

**Conta:** 27-6.

**Centro de Custo:** 416.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Monte Sião/MG, 08 de outubro de 2025.

---

**Secretário de Indústria, Comércio, Esportes, Turismo, Cultura e Lazer**





**PREFEITURA DE MONTE SIÃO**

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



**CÓDIGO DE ACESSO**

1389BDFCD272401C8903C7B8346BB796

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: RODRIGO DE CASTRO RIBEIRO em 08/10/2025 14:09:45

CPF:\*\*\*.\*\*\*-236-87

Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/1389BDFCD272401C8903C7B8346BB796>